

SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃOⁱ

SOCIOLOGY OF TRANSLATION



Oscar DÍAZ-FOUCES
Professor titular
Universidade de Vigo
Departamento de Traducción y Lingüística
Facultad de Filología y Traducción
Vigo, Galicia, Espanha
<https://orcid.org/0000-0002-2771-0390>
fouces@uvigo.es

Tradutora:
Talita SERPA
Doutora em Estudos da Tradução
Universidade Estadual Paulista
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3324-9593>
talitasrp82@gmail.com

Resumo: O autor apresenta várias sobreposições dos Estudos da Tradução com algumas abordagens e perspectivas sociológicas relacionadas ao objeto de pesquisa e às ferramentas teóricas empregadas, a saber: os conceitos de norma, desvio, fronteiras simbólicas e os diferentes posicionamentos pós-estruturalistas. A partir da análise desses e de outros elementos mencionados como ponto de partida, é discutida a possibilidade de levar em consideração a existência de um módulo interdisciplinar.

Palavras-chave: Sociologia do Conhecimento. Sociologia da Linguagem. Construcionismo Social. Sociologia da Tradução.

Abstract: *The author presents several overlappings of Translation Studies with some sociological specialities and perspectives related to the object of study and the theoretical tools employed: the concepts of norm, deviation, the symbolic borders, and different post-structuralist approaches. Taking the analysis of these and the other elements mentioned as its starting point, the possibility of taking into account the existence of an interdisciplinary nodule is discussed.*

Keywords: *Sociology of Knowledge. Sociology of Language. Social Constructionism. Sociology of Translation.*



Introdução

Em 1972, James S. Holmes (1988, pp. 71-73) propôs uma tipologia das várias abordagens possíveis para os Estudos da Tradução. Uma delas, aquela com a qual estamos lidando aqui, designada como *funcional*, não nos interessa pela descrição das traduções propriamente ditas, mas sim pelo seu papel no desenvolvimento sociocultural que as fundamenta. Para Holmes, seria interessante perguntar, por exemplo, por que um texto (não) é traduzido em um determinado local e em um determinado momento, e quais são as consequências que isso pode causar. Como assinala o autor, esse tipo de pesquisa apontaria para a base de uma Sociologia da Tradução ou, mais precisamente, dos Estudos de Sociotradução.

2 Holmes então afirmou que o campo da pesquisa sociotradutológica era, de fato, muito pouco desenvolvido (e, é claro, muito menos do que aqueles que se concentravam no produto da tradução). É importante pontuar que, alguns anos depois, a projeção dessa área não é muito otimista. Ainda não podemos falar da existência de estudos sistemáticos e ordenados na Sociologia da Tradução, mas sim de um bom número de contribuições cada vez mais fragmentadas e dispersas que estão tentando explorar a dimensão social do ato de mediação linguística. O objetivo deste artigo é justamente recuperar algumas dessas contribuições e relacioná-las com seus referentes em estudos sociais.

Papéis, normas e expectativas

Em geral, aceitamos que um trabalho seja sociológico quando lida com problemas que surgem na esfera social, no que concerne a sua classificação, origem e transformações, assim como a sua regularidade. Aparentemente, a unidade de observação mais restrita do sociólogo será a relação entre duas pessoas, o vínculo existente, ou, mais precisamente, a *interação* em que resulta. Os cientistas sociais, por outro lado, aceitam, a princípio, a existência de dois níveis de análise, ou seja, duas abordagens diferentes para os mesmos fenômenos sociais. Em primeiro lugar, o plano de conduta dos sujeitos, o nível de interação das pessoas, que corresponde ao estágio de análise que chamamos de *microsociológico*. Em segundo lugar, o âmbito do coletivo, do meio ambiente, da totalidade social, que se refere à civilização, nação, classe social ou família, e que fornece os modelos comuns sobre os quais se fundamentam as bases que constituem a orientação da ação. Esses correspondem ao nível de análise *macrosociológico*.

Temos, portanto, uma primeira aproximação às características do trabalho sociológico.

Sabemos que seu principal objeto de análise é a interação social e que essa pode ser considerada em pelo menos dois níveis de abstração, distintos, embora complementares. A primeira dimensão compreende o comportamento dos sujeitos. Não se consideram os indivíduos de forma isolada (uma vez que se assume por princípio o exercício da interação como uma unidade de observação), mas sim estudam-se tais indivíduos como tendo passado por processos de aprendizagem e de interiorização dos elementos socioculturais de seu meio ambiente, e, portanto, como sujeitos aos chamados *processos de socialização*.

Dessa forma, Salvador Giner (1987, pp. 78-79) define a socialização como o processo pelo qual o indivíduo é absorvido pela cultura de sua sociedade, de modo que, quando internaliza os valores e a imagem de uma determinada estrutura social, tende a contribuir para a sua manutenção e a sua reprodução.

Não nos parece, por conseguinte, que os Estudos da Tradução possam ignorar essas considerações. Principalmente com base em dois pontos de vista. Inicialmente, devem considerar como os processos de socialização influenciam a atividade profissional dos mediadores linguísticos. Por outro lado, precisam avaliar até que ponto tradutores e intérpretes contribuem para manter a cultura e a estrutura social que os envolvem. Qual o papel que a sociedade assume na garantia da manutenção de suas estruturas para os mediadores?

Nesse momento, é válido trazer à discussão o conceito de *ação social*, em sua descrição clássica proposta pelo sociólogo Talcott Parsons (1937). Seus elementos são os seguintes:

- Primeiro, um *ator*, um indivíduo motivado que busca objetivos.
- Segundo, o *objetivo* a que se dispõe.
- Como os objetivos não são escolhidos por acaso nem são alcançados automaticamente, outros fatores devem ser considerados. Primeiramente, a *situação*: o ator deve ter os meios necessários para atingir seus objetivos e deve superar obstáculos para fazê-lo. Depois, será necessário considerar que a escolha de objetivos, instrumentos e meios necessários para alcançá-los é regulada por *padrões normativos* que enfatizam o fato de que toda ação tem uma natureza basicamente social, pois é influenciada pelas *normas* que derivam da interação entre os indivíduos.

Os aspectos resultantes das interações são as funções sociais, que chamamos de *papéis*, como o professor, o juiz ou, é claro, o tradutor. Precisamos ter em mente que um único papel não esgota todas as interações possíveis de um indivíduo.

No centro do conceito de *papel* está a noção de *expectativa*. Os *papéis* envolvem relacionamentos normativos – uma constelação de expectativas sobre como as pessoas devem se comportar. Essas *expectativas* podem ser codificadas, como no caso dos contratos ou do direito penal; ou podem simplesmente estar implícitas.

Gideon Toury (1980, 1995) analisa a natureza e o papel das *normas* de tradução. O teórico parte da possibilidade de defini-las em seu aspecto sociocultural, como objeto de uma série de restrições de vários tipos. Essas restrições têm a ver com o texto original, com as diferenças sistêmicas das línguas envolvidas no processo, bem como com as respectivas tradições textuais, e mesmo com as possibilidades e limitações do aparato cognitivo do mediador.

Portanto, a tradução pode ser considerada, antes de tudo, o exercício de um papel social, ou seja, um tipo de atividade realizada de acordo com as regras que a comunidade atribui às pessoas que a realizam de maneira habitual. De fato, a ideia do que é uma tradução (e mais ainda, uma tradução *fidel*) varia substancialmente, dependendo do contexto cultural, geográfico ou cronológico.

4

Toury propõe uma classificação das *normas* de tradução que começa com a distinção entre *preliminares* e *operativas*, as quais caracteriza da seguinte maneira:

- a. As normas preliminares incluem dois tipos de considerações: aquelas que se referem às *estratégias de tradução* (relacionadas às escolhas dos textos) e aquelas que tratam da *literalidade* (relacionadas à tolerância de certas práticas, como tradução por língua interposta).
- b. As normas operacionais são aquelas que orientam as decisões tomadas durante o ato de traduzir. Elas incluem *normas matriciais*, que determinam o material linguístico, a omissão, a mudança de local ou mesmo os critérios de segmentação textual. E também as *normas linguístico-textuais*, que regem a escolha dos materiais para criar o texto meta.

Toury insiste em duas características das *normas*: são específicas para cada setor social e para cada cultura; e estão, ao mesmo tempo, mudando essencialmente, por isso é comum que vários estratos normativos coexistam ao mesmo tempo.

Essa tipologia inicial é complementada por uma classificação que leva em consideração a obrigatoriedade das normas e a aceitabilidade dos padrões comportamentais que prescrevem.

As *normas básicas* são obrigatórias, em todos os casos, para uma determinada conduta. Correspondem à pressão normativa máxima e à margem de *desvio* mínimo permitida. As *normas secundárias*, as mais comuns, têm pressão normativa menos intensa e admitem uma faixa mais ampla de comportamentos. Os *comportamentos tolerados*, por fim, correspondem à intensidade normativa mínima.

O modelo de Toury projeta uma estrutura genérica interessante para o estudo das *normas* em tradução. No entanto, essa categorização passou por outros tipos de abordagens, algumas vezes extraídas de marcos teóricos mais específicos; e cujo objetivo é descrever outros tipos de atividades de maneira mais específica. Cecilia Wadensjö (1998), por exemplo, procurou aplicar o modelo teórico desenvolvido por Erving Goffman (veja uma síntese de seu pensamento em Wolf, 1979, pp. 19-105) para analisar a atividade dos intérpretes, entendida como um tipo especial de interação. A pesquisadora começa distinguindo, como Goffman sugere, três aspectos da noção de *papel*:

- O *papel normativo* refere-se às ideias que geralmente são compartilhadas para uma determinada atividade. O *papel normativo* dos intérpretes se reflete na maneira como os profissionais definem o que é certo no desempenho de suas ações. É disseminada por meio de códigos éticos, regulamentos profissionais e programas de formação profissional.
- O conceito de *papel típico* leva em consideração que as condições sob as quais se deve desempenhar um determinado *papel* variam ao longo do tempo e do espaço, de modo que os indivíduos precisam desenvolver certas estratégias para lidar com situações típicas que não são previstas pelas *normas* estabelecidas.
- Em certos casos, há alguns aspectos do comportamento individual que não têm a ver com *papéis normativos* ou *típicos*, mas sim com as circunstâncias específicas em que a situação ocorre e com sua utilidade para o ator. Por exemplo, no caso de intérpretes, a entrada de novas pessoas, o espaço ou o ruído determinam diferentes padrões de trabalho. Trata-se do *papel de atuação*. A saturação que esse tipo de elemento pode provocar é conhecida como o que Bruce W. Anderson (1976) chamou de *sobrecarga de papéis*.

A análise de Wadensjö lida com a interação que ocorre à medida que a atividade dos intérpretes se desenrola. É uma perspectiva microssociológica que considera aspectos como a

forma como os mediadores podem influenciar o progresso ou o conteúdo de uma interação, regulá-la (ajudando a redistribuir a troca de palavras) ou mesmo defini-la (como uma consulta médica ou um interrogatório policial, por exemplo). Cabe lembrar que o trabalho de intérpretes, assim como o de tradutores, está sujeito a aparelhos normativos que regulam seu desenvolvimento. No entanto, a acessibilidade imediata das *normas* implicadas na atividade dos mediadores orais exige uma forte internalização prévia, que deve ocorrer em diferentes processos de socialização profissional.

Theo Hermans (1991, 1996) também assinala a importância dos processos de socialização no momento de interiorizar o aparato normativo e introduz uma classificação que utiliza como critério da intensidade prescritiva e da origem dos elementos que a configuram. Trata-se da seguinte:

- As *convenções* são regularidades de comportamento que aparecem como soluções para problemas recorrentes de interação e geram expectativas de ação.
- Quando uma *convenção* permanece em operação por um longo período, pode criar uma *norma*. Contudo, as maneiras de atuar são diferentes: as *convenções* descrevem as condutas esperadas; as *normas* descrevem o que precisa ser feito.
- Quando a força prescritiva das *normas* cresce em direção ao obrigatório, elas se tornam *regras*, explicitamente formuladas e frequentemente codificadas e institucionalizadas.
- Quando a pressão exercida por uma *regra* é a única razão para seu cumprimento, ela se torna um *decreto*, imposto por uma autoridade identificável e coercitiva.

Com critérios semelhantes (e com terminologia diferente), outra estudiosa, Christiane Nord (1991), propôs uma tipologia de regularidades sociais na tarefa dos mediadores:

- As *regras* são lançadas por algum tipo de poder legislador e envolvem algum tipo de punição quando alguém deixa de cumpri-las. Um exemplo geral é o Código de Circulação.
- As *normas* são fixadas na estrutura de um aparato de regras que já existe. Sua violação não tem sanção legal, mas sim uma percepção negativa. Nord as exemplifica com "comportamentos repreensíveis", como assistir a um funeral em trajes chamativos.

— As *convenções* são as realizações específicas das *normas*. Segundo o filósofo da linguagem, John Searle, o comportamento regular R de membros de um grupo G, envolvido em um tipo recorrente de situação S, é uma *convenção* se todos seguem R, espera-se que todos sigam R e que todos prefiram R. Não são formuladas explicitamente, mas resultam de expectativas de ação dentro de um grupo específico, o que significa que todos os seus membros terão de adquiri-las e internalizá-las no processo de socialização. Adaptando as propostas de Searle para a tradução, Nord distingue dois tipos de *convenções*: *regulativas*, que se referem à maneira usual de lidar com certos problemas de tradução no nível do texto (por exemplo, tradução de nomes próprios, notas ou citações); e *constitutivas*, que determinam o que uma comunidade aceita como *tradução*, em oposição à *versão* e à *adaptação*. A soma das *convenções constitutivas* determina o conceito de tradução que prevalece em uma determinada comunidade, ou seja, o que os usuários esperam encontrar em um texto considerado, de forma pragmática, traduzido.

A partir da proposta de Nord, Andrew Chesterman (1993) também se refere aos aspectos normativos da atividade dos mediadores. Segundo Chesterman, existem dois agentes que têm o direito de designar um texto como tradução: os próprios tradutores que o produzem e seus destinatários quando o aceitam como tal. Os Estudos Descritivos da Tradução deveriam, portanto, preocupar-se em tornar explícitas as leis que determinam que um texto seja aceito como uma tradução. Não seria suficiente determinar esses princípios de maneira abstrata, o que seria genérico demais: tratava-se de descobrir quais critérios determinam qual tradução é uma *boa* tradução.

Chesterman parte, então, da distinção sugerida por Toury entre *leis* e *normas*. As *leis* não seriam prescritivas, nem diretivas. Seriam, de fato, instrumentos teóricos que teriam o objetivo de prever e explicar o comportamento dos mediadores. Algumas *leis* se tornariam *regras*, assim como certos padrões de ação poderiam se tornar modelos de comportamento em uma comunidade. As *normas*, por sua vez, funcionariam em virtude de sua existência como construto social e de sua internalização pelos indivíduos. E, basicamente, atuariam como *expectativas*, em relação à conduta e às intenções de outros; assim como às *expectativas* dos outros sobre as próprias condutas e intenções.

Nesse contexto, Chesterman chama as *convenções* do Nord (1991) de *normas*. E, como Nord, propõe distinguir entre *convenções reguladoras* e *convenções constitutivas*. Chesterman

conceitua, então, *normas profissionais* e *normas de expectativa*. O corpus da prática de profissionais competentes determina as *normas profissionais*. Essas incluem a necessidade de fazer uma análise preliminar do texto a ser traduzido ou de pesquisar sobre o assunto. Podemos distinguir, ainda, dentro dessas categorias, três subtipos:

- 1) a *norma de responsabilidade*, um princípio ético que implica que o tradutor deve ser fiel ao autor do original, à pessoa encarregada da tarefa e aos destinatários (cf. o conceito de *lealdade*, formulado por Christiane Nord [1991], e a ideia de responsabilidade do tradutor [*Autoconceito do tradutor*] desenvolvida por Kiraly [1995, p. 100]);
- 2) a *norma de comunicação*, que prescreve que os tradutores tendem a otimizar a comunicação entre o autor do original, a pessoa encarregada do encargo e os destinatários;
- 3) e a *norma de relacionamento*, segundo a qual os tradutores devem agir para que seja estabelecida uma relação adequada entre o texto original e o traduzido, o que dependerá das restrições estipuladas.

8

As *normas de expectativa* são constituídas pelo que os destinatários esperam de uma tradução e pelo que consideram estar alinhado com os padrões de texto do idioma de destino. Portanto, indicam o tipo de estratégia que os destinatários de uma determinada comunidade e época esperam que sejam implementados pelos tradutores.

O conceito de *norma* e suas extensões (*regra, papel, convenção*) foram tratados por muitos outros autores, cujas opiniões não podemos apresentar aqui. No entanto, uma discussão interessante a esse respeito pode ser encontrada em Shäffner (1999). Pelo espaço que dedicamos a ele, pode parecer que este é o único instrumento teórico com uma raiz sociológica que tem seu próprio lugar nos Estudos da Tradução, contudo, veremos a seguir que não é bem assim.

Processos sociais e desvios

A teoria da ação social de Parsons inclui um conceito complementar que também nos será muito útil. Esse compreende a conceituação de *desvio*, entendida como o desenvolvimento de resistência à conformidade quanto às expectativas sociais. Se, até agora, nos referimos às estruturas normativas e às regularidades de comportamento que determinam, agora trataremos

da atitude oposta, a violação desses tipos de conduta. Aparentemente, os conceitos de *visibilidade* e de *invisibilidade* admitem uma leitura muito sugestiva a partir desse modelo. Trata-se de dar nomes às formas de *desvio* das *expectativas* dos *papéis*. Segundo Goffman (1961), a pessoa *desviada* é apenas uma vítima daqueles que estão autorizados a fazer e aplicar regras, independentemente de quais possam ser suas motivações. Observa-se que nas teorias de insubordinação de Venuti (1995), a tradução pós-colonial ou feminista são formas de *desvio* apenas se os padrões normativos que desafiam forem aceitos como axiomáticos. Vale a pena, portanto, aprofundar-nos na descrição de situações em que as *normas* não são respeitadas.

Podemos começar com um breve tour pelos fundamentos teóricos da Sociologia do Conhecimento e, mais especificamente, pela formulação de Peter Berger e Thomas Luckmann (1966). De acordo com suas suposições, os seres humanos criam e depois sustentam todos os fenômenos sociais coletivamente, por meio de práticas sociais. Em particular, por meio de três processos fundamentais: *externalização*, *objetivação* e *internalização*. *Externalizar* implica agir de uma maneira que nossas ações tenham impacto no mundo, criar artefatos ou dar origem a uma prática específica. Uma vez externalizada, a ação entra no domínio social e é realizada *de maneira objetiva* para ganhar um tipo de existência factual equivalente à "verdade": passa a existir fora de nós. Para as novas gerações, esta ação e suas repercussões são preexistentes, de maneira que ao *interiorizá-las* se tornam parte de sua consciência e da forma como concebem a natureza do mundo. É neste exato momento que surge, inevitavelmente, a necessidade de *legitimação*, e se constituem as explicações e justificativas para a ordem institucional (Berger & Luckmann, 1966, pp. 121-163).

Após essas considerações, podemos voltar aos comportamentos aparentemente desviantes a que nos referimos. Em um artigo de 1993, Jean Delisle propôs um exercício interessante na comparação das atitudes de tradutores franceses medievais e tradutoras feministas canadenses. Em seu trabalho, isolou cinco elementos comuns à maneira de traduzir de ambos os grupos: a apropriação do texto fonte, a busca de legitimidade, a intenção didática, a intervenção sobre o idioma e a visibilidade do tradutor. Tanto a apropriação do texto fonte quanto a intervenção no idioma (cujo corolário é a visibilidade) envolvem uma subversão da ordem estabelecida. A busca por legitimidade e a intenção didática são evidentes no uso dos prefácios, explicações e notas do tradutor. As traduções *desviadas* utilizam os três processos sociais que testemunhamos: a *externalização*, que coincide com a gênese do produto; a *objetificação*, inerente à natureza material do ato social que chamamos de "tradução"; e a *legitimação*, que possibilita a internalização do ato social original e o justifica para as novas

gerações.

É pelo desafio que os comportamentos desviantes podem provocar que se pode apresentar todos esses casos como exemplos de *autoafirmação*. É a mesma proposição a que Judith Woodsworth (1996, p. 235) costumava se referir quanto ao uso da tradução como um mecanismo para promover a identidade nacional.

Ocupamo-nos até agora com os aparelhos normativos, os modelos comuns em que os sujeitos se inspiram para orientação das ações e, portanto, com o nível da análise *macrossociológico* que foi apresentado no início deste trabalho. Além disso, observamos que indivíduos socializados contribuem para a manutenção da cultura e da estrutura social de seu entorno. As teorias de Woodsworth propõem que tradutores e intérpretes também contribuem para (re)criar a mesma cultura e a mesma estrutura social. No trabalho citado acima, a autora refere-se à forma como a tradução tem sido usada para estimular o desenvolvimento da língua e da retórica escocesa e, conseqüentemente, para construir as referências simbólicas (e materiais) das respectivas comunidades linguísticas. Vale dizer que a linguagem, como o sistema semiótico mais representativo no conceito de cultura, tem sido um dos pontos de intersecção mais férteis entre Estudos Sociais e Estudos da Tradução. Veremos como se dá tal proposta na próxima seção.

10

Variação linguística e fronteiras simbólicas

A diferença entre a abordagem linguística e a sociolinguística acerca de eventos de linguagem é que, enquanto para a primeira o objeto teórico é o sistema linguístico, para a segunda, trata-se da língua como instituição social. A sociolinguística está interessada na covariação sistemática entre estrutura social e estrutura linguística, tentando tornar explícitas as possíveis relações causais. Joshua Fishman (1976) ainda distingue uma *Sociologia da Linguagem aplicada*, com vários campos de ação. Na opinião do autor, os campos mais significativos seriam o ensino de idiomas, a política de idiomas, a criação e revisão de sistemas de escrita, a alfabetização e, claro, o trabalho relacionado à tradução. Neste último, em particular, Fishman observa a sensibilidade às formas de variação social e variação funcional da linguagem que os profissionais e estudiosos de mediação linguística devem possuir, conforme apresentado por Catford (1965) e pelos tradutores bíblicos.

É precisamente entre os tradutores da Bíblia que se encontra o pesquisador que provavelmente dedicou mais tempo para explorar as relações entre sociolinguística e tradução, Eugene Nida (1986 e 1993, entre outras). No entanto, a contribuição sociolinguística desse

autor está subordinada ao seu conceito de *equivalência dinâmica*, e pode ser resumida à necessidade de ajustar o texto de chegada (a mensagem transmitida pelo texto de chegada, para ser mais preciso) às características da estrutura sociocultural que o recebe. Deve-se ter em mente que essa perspectiva implica uma certa visão revolucionária da tradução de textos religiosos, uma vez que legitima a alteração formal da mensagem divina para garantir seu conteúdo (embora o papel do tradutor permaneça limitado ao de mero veículo da palavra divina).

Baseado em pressupostos semelhantes, Maurice Pergnier (1978) prenuncia um programa de pesquisa muito mais ambicioso em *Les fondements socio-linguistiques de la traduction*. Pergnier liga a natureza dupla da linguagem, sistema e instituição social, com a distinção saussuriana entre *langue* e *parole*. A partir disso, inevitavelmente conclui que questionar a natureza social da linguagem é o mesmo que questionar a natureza dos fatos sociais em geral, referindo-se ao objeto particular da sociolinguística (que também se aplica à tradução) dentro da estrutura da sociologia geral.

Em geral, essas contribuições têm a ver com o modo como a dimensão sociolinguística condiciona o processo tradutório, forçando uma análise do contexto situacional e, eventualmente, das alterações formais, tentando alcançar a equivalência mais próxima da linguagem (e da cultura) de chegada. Há, contudo, várias considerações diferentes sobre o papel do mediador como agente social de uma perspectiva sociolinguística. A primeira pista pode nos ser dada pelo exemplo proposto por Woodsworth, que citamos anteriormente. Recordamos que a pesquisadora se refere ao papel da tradução como um mecanismo para estimular comunidades de idiomas subordinados, como o escocês ou as línguas reto-românicas. Observa que as traduções do inglês para o escocês podem parecer desnecessárias (uma vez que todos os escoceses são proficientes em inglês), mas são conotadas de um alto valor simbólico. Karl Vossler, em um ensaio intitulado "La comunitat lingüística com a comunitat de mentalitat", referiu-se a essas ações nas seguintes palavras:

Às vezes, os governantes de duas nações usam um intérprete nas reuniões de maneira meramente representativa, embora isso não seja de todo necessário para a compreensão mútua, ou seja, ainda que ambos compreendam e dominem a língua nacional um do outro. Nesse caso, a interpretação e a tradução, supérfluas, irritantes e talvez até embaraçosas, são feitas porque ambas as línguas querem ser representadas e reconhecidas como possuidoras de direitos iguais. São traduzidas por ocasião da

demonstração de legitimidade nacional [...]. (Vossler, 1925 citado em López García, 1996, p. 356)

Mais importante, para alguns autores, a tradução é um elemento-chave na definição de unidades linguísticas. De acordo com John E. Joseph (1987, p. 6), a *intertraduzibilidade* é um dos requisitos da língua padrão: um idioma deve estar sujeito à intertradução (ser objeto regular de intertradução) com outros idiomas reconhecidos como tal. Em outras palavras: aceitamos apenas incluir na categoria de línguas as variedades linguísticas que são traduzidas e para as quais se possa traduzir regularmente. Consequentemente, se a prática de traduzir e interpretar estabelece distâncias entre comunidades humanas e serve para delinear diferentes línguas, a conclusão lógica e paradoxal é que a mediação linguística é uma das fronteiras simbólicas mais eficientes entre os diferentes grupos humanos.

É claro que muitas outras intersecções entre a Sociologia da Linguagem e os Estudos da Tradução podem ser detectadas. Na verdade, faz sentido termos presente a sobreposição de objetos teóricos (de instrumentos, pelo menos) entre os dois campos do conhecimento. Ambos são baseados na consideração da linguagem em uso e não em estruturas fossilizadas, bem como no pressuposto de que os atos da linguagem não são monolíticos e não podem ser alterados além do contexto. Essas também são algumas das características mais significativas de uma orientação recente nos estudos sociológicos que conhecemos como Construcionismo Social. A seguir apresentaremos tais teorizações.

A construção social da realidade

De acordo com Viven Burr (1995), podemos considerar construcionista qualquer posição com base em dois ou mais dos seguintes princípios (que podemos relacionar com as notas sobre a sociologia de Berger & Luckman que apresentamos acima):

1. As verdades geralmente aceitas devem ser contestadas.
2. A especificidade histórica e cultural do conhecimento deve ser levada em consideração.
3. Os processos sociais sustentam o conhecimento.
4. Conhecimento e ação social são inseparáveis.

A concepção pós-estruturalista da linguagem, que está na base do Construcionismo Social, parte da inadequação do princípio saussureano de estabilidade do significado, levando às últimas consequências o axioma estruturalista da arbitrariedade do signo linguístico. A linguagem não é um sistema de signos em que os significados foram ratificados por todos os falantes, mas sim um cenário de interação social, cambiante e mutável. Portanto, a linguagem estrutura nossa experiência de mundo, e os conceitos que usamos não lhe são anteriores: é a linguagem que os torna possíveis. Para o Construcionismo, falar é equivalente a construir o mundo, e usar a linguagem é uma forma de ação social.

O Construcionismo Social aparece em um contexto marcado pelo pós-modernismo, para o qual o mundo não pode ser explicado recorrendo a sistemas globais de conhecimento. Não há leitura inequívoca da criação artística, uma vez que todas as possíveis interpretações são válidas e a intenção do autor é irrelevante. O mesmo princípio se aplica à análise social: não há estruturas subjacentes que possam ser descobertas, que possam orientar a ação ou determinar mudanças sociais.

Vale a pena tentar relacionar essa perspectiva com o interesse em estudar as *normas* de tradução como reflexo de sua dimensão social e subjetiva, que discutimos nas primeiras seções deste artigo. Como vimos, uma *norma* nada mais é do que uma noção socialmente compartilhada do que é certo.

Estamos nos referindo a como o pós-estruturalismo leva às últimas consequências o axioma estruturalista da natureza arbitrária do signo linguístico. Para Saussure, a relação entre significado e significante, embora arbitrária, implica a existência de um elo inseparável entre os dois. O pós-estruturalismo, por outro lado, afirma que o ponto de referência dos significados (palavras) não é fixo, mas mutável. Portanto, as mesmas palavras podem significar coisas diferentes, dependendo de quem as usa, quando e sob quais circunstâncias. De fato, o significado de uma palavra só pode ser determinado retrospectivamente, quando o restante das palavras tiver formado o contexto. Ainda mais, como afirma Jacques Derrida, significantes só conseguem significar por meio de outros significantes. Quando procuramos em um dicionário o significado de uma palavra, encontramos outros significantes, o que constitui novos significantes e assim por diante até o infinito. Os significantes estabelecem uma cadeia que difere infinitamente do significado. Derrida cunhou o termo *différance* para se referir à combinação de *diferencia* e *diferiment* que está presente nessa infinita regressão do significado. Nessa perspectiva, os signos (e especialmente a escrita, os signos escritos) são apenas nomes agentes que adiam a presença de seus referentes, são substitutos secundários e provisórios. E,

se no relacionamento signo-referente, o primeiro é visto apenas como um substituto daquilo a que faz menção, no relacionamento tradução-original, o original passa a ocupar o lugar do referente, de significado. Como Rosemary Arrojo conclui:

Nessa posição ingrata de simulacro, de representante inadequado do “original” em outra língua, em outro tempo e em outra cultura; nessa função de **agente de adiamento** e de **desvio** a que se recorre quando não se tem acesso à matriz “original”, toda tradução é também necessariamente **secundária** e **provisória**. (Arrojo, 1992, p. 58)

Dessa constatação surgiriam precisamente os preconceitos sobre o trabalho do tradutor e a impossibilidade de sua tarefa: ser *invisível* e, ao mesmo tempo, colocar-se no lugar do autor que traduz sem deixar de ser ele mesmo, ser o original sem deixar de ser um signo.

O sistema de oposições binárias, do qual um bom exemplo é o par tradução/original, corresponde ao que propõe Derrida como a busca incansável de um nível de conhecimento que escape à relatividade e à finitude humanas. Nas oposições, um dos elementos, neste caso o original, ocupa uma posição predominante. No entanto, mesmo o original – como um composto de signos, e um signo em si – escapa à condição de provisório e substituto. No pensamento de Derrida, a *de(s)construção* parte precisamente do desejo de eliminar esse tipo de distinção básica, tradicionalmente considerada invulnerável. Quando colocamos em quarentena a distinção entre palavras e conceitos, significantes e significados, entra em crise o que havia sido considerado o objeto da tradução em si: banir os significantes e preservar os significados (Arrojo, 1992, pp. 60-61).

Voltemos agora ao problema do significado. Há muito tempo, conversávamos sobre como um significante se refere a outros significantes. A consequência mais óbvia é que o significado de uma palavra está em outras palavras, precisamente naquelas que não existem, em tudo o que está ausente. A *desconstrução* de um texto, para Derrida, é uma leitura que demonstra a construção dos elementos ausentes. Portanto, não parecerá estranho que a aplicação da desconstrução na análise dos discursos dominantes seja investida com interesse especial. Obviamente é esse o caso do discurso da desigualdade sexual. Rosemary Arrojo também faz ressoar a hipótese de equivalência entre "masculino" e "original", por um lado, e "feminino" e "tradução", por outro. Esse fato, segundo a autora, explica que o trabalho de traduzir era tradicionalmente associado à força de trabalho feminina. A tradução feminista pós-estruturalista é uma rebelião contra o discurso dominante, uma subversão contra a natureza

submissa e *fidel* que se esperaria de tradutores. Não é por acaso que o título do trabalho recente de uma tradutora feminista (Suzanne de Lotbinière-Harwood) é precisamente *Re-Belle et Infidèle*, que parafraseia o sinal de Ménage e o apropria.

Em um artigo de 1997, Sherry Simon sugere a existência de três realidades a saber: pós-estruturalismo, pós-colonialismo e pós-modernismo. Para ela, o pós-estruturalismo enfatiza a capacidade da linguagem de construir e não de refletir a realidade. O pós-modernismo enfatiza a reciclagem de material cultural, em um universo em que a novidade absoluta é um fenômeno raro. O pós-colonialismo, enfim, enfoca a análise das relações de poder que mediam as trocas culturais modernas e as tornam explícitas. Como Simon também nos lembra, em suas traduções de bengali para inglês, Spivak mantém as formas que já apareceram nesse idioma na versão bengali em italiano e inglês, como forma de chamar a atenção para o “legado cultural” inglês em bengali vernacular (Simon, 1997, p. 470), como forma de enfatizar a presença do outro, as interferências que produz e, em segundo plano, a maneira pela qual se manifestam desequilíbrios de força (e cultura).

Parece claro que todos os três "pós" podem se relacionar com a estrutura genérica do Construcionismo Social, com a relatividade que este determina, bem como com a crise das formas tradicionais de pensamento que supõe, dinamizando os fundamentos das verdades tradicionalmente estabelecidas.

Conclusão (e encaminhamentos)

As contribuições que apresentamos aqui são uma amostra (esperamos que tenham significado) de todo o conjunto de trabalhos, feitos a partir de Estudos da Tradução, usando ferramentas sociais (ou, se você quiser, compartilhando) ferramentas teóricas. No entanto, a listagem de todos os postulados com características semelhantes não está esgotada. Vejamos alguns exemplos.

Erkka Vuorinen e Akio Fujii aplicam o conceito de *chave de acesso* à tradução (*gatekeeping*), formulado na década de 1940 por Kurt Lewin a partir de Psicologia Social (e recuperado pela Sociologia da Comunicação), que é essencial para analisar o trabalho de tradutores envolvidos no processo de produção de notícias (o *newsmaking*).

Andrew Chesterman apropria-se do conceito de *meme* desenhado por Richard Dawkins (*The Selfish Gene* [1989]) no contexto da Sociobiologia, seguindo os passos de Oswald Wilson (*Sociobiology: the New Synthesis* [1975]). Constrói uma feliz metáfora para o papel dos tradutores e a usa para realizar uma análise revolucionária dos clichês mais frequentemente

usados na Teoria da Tradução.

Miriam Shlesinger e Brian Harris tentam estender o conceito de *norma* de tradução à interpretação. Annie Brisset tem trabalhado na construção de uma sociocrítica da tradução. E Daniel Gouadec publica o livro *Sociologie de la Traduction* (que culmina em trabalhos anteriores), o qual, de maneira significativa, apresenta o conteúdo pautado mais em uma análise específica que em uma estrutura geral. Os estudiosos associam a *Teoria dos Polissistemas* e a *Escola de Manipulação* e apresentam campos teóricos fáceis de conciliar com a pesquisa sociológica (se não em parte, diretamente).

Em vista de tudo o que foi exposto acima (e de tudo o que é sugerido aqui), parece legítimo formularmos duas hipóteses de trabalho para concluir este artigo. De acordo com a mais arriscada, seria apropriado discutir a conveniência de incluir estudos tradutórios (pelo menos um de seus ramos) no campo das ciências sociais, com todas as consequências científicas e acadêmicas que isso implicaria. Se seguirmos a hipótese mais moderada, seria importante verificar que existe um bloco interdisciplinar incipiente em que ambas as áreas do conhecimento se sobrepõem e que, em qualquer caso, valeria a pena explorar em profundidade para aproveitarmos ao máximo seus recursos. Nosso trabalho, no entanto, termina com uma exposição dos fatos. Agora, como sempre, cabe ao leitor prosseguir.

16

AGRADECIMENTOS

A presente tradução foi autorizada para ser publicada em português pelo serviço de publicações da Universidade Autônoma de Barcelona, e pelo autor, Oscar Díaz Fouces, a quem agradeço imensamente. Artigo publicado na revista *Quaderns: revista de traducció* em 2001. Referência bibliográfica completa do artigo original:

Díaz Fouces, Oscar. (2001). Sociologia de la traducció. *Quaderns: Revista de traducció*, (6), pp. 63-77. <https://ddd.uab.cat/pub/quaderns/11385790n6/11385790n6p63.pdf>.

REFERÊNCIAS

- Anderson, R. B. W. (1976). Perspectives on the Role of Interpreter. In R. W. Brislin (Ed.), *Translation. Applications and Research* (pp. 208-228). Gardner Press Inc.
- Arrojo, R. (1992). A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, 19(1), 57-73.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966). *The Social Construction of Reality*. [Trad. esp. de S. Zuleta. (1983). *La construcción social de la realidad*. Amorrortu].

-
- Burr, V. (1995). *An Introduction to Social Constructionism*. Routledge. [Trad. cat. de M. López Arnabat. (1997). *Introducción al construccionismo social*. Universitat Oberta de Catalunya/Edicions Proa].
- Catford, J. C. (1965). *A Linguistic Theory of Translation*. Oxford University Press.
- Chesterman, A. (1993). From “Is” to “Ought”: Laws, Norms and Strategies in Translation Studies. *Target*, 5(1), 1-20.
- Delisle, J. (1993). Traducteurs médiévaux, traductrices féministes : une même éthique de la traduction ? *TTR*, 1(6), 203-230.
- Fishman, J. (1976). The Sociology of Language: an interdisciplinary social science approach to language in society. In J. Fishman (Ed.), *Advances in the Sociology of Language* (v. II, pp. 217-404). Mouton.
- Giner, S. (1985). *Sociología*. Nexos.
- Goffman, E. (1961). *Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Doubleday.
- Harris, B. (1990). Norms in Interpretation. *Target*, 2(1), 115-119.
- Hermans, T. (1991). Translational Norms and Correct Translations. In K. Van Leuvenzwart, & T. Naaijken (Eds.), *Translation Studies: The State of the Art*. Proceedings of the First James S. Holmes Symposium on Translation Studies (p. 155-169). Rodopi.
- Hermans, T. (1996). Norms and the Determination of Translation. A Theoretical Framework. In R. Álvarez, & M. C. Á. Vidal, *Translation, Power, Subversion*. Multilingual Matters.
- Holmes, J. (1972). The Name and Nature of Translation Studies. [Cit. per (1988). *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Rodopi.]
- Joseph, J. E. (1987). *Eloquence and Power. The Rise of Language Standards and Standard Languages*. Frances Printer.
- Kiraly, D. C. (1995). *Pathways to Translation. Pedagogy and Process*. The Kent State University Press.
- Lotbinière-Harwood, S. de (1991). *Re-Belle et Infidèle. La traduction comme pratique de réécriture au féminin. The Body Bilingual. Translation as a Rewriting in the Feminine*. Women's Press.
- Nida, E. A. (1986). Sociolinguistics and Translating. In J. Fishman (Ed.), *The Fergusonian impact* (pp. 471-477). Mouton.
- Nida, E. A. (1993). The Sociolinguistics of Interpreting. *Sendebare*, 4, 19-27.
- Nord, C. (1991). Scopus, Loyalty, and Translational Conventions. *Target*, 3(1), 91-109.
- Parsons, T. (1937). *The Structure of Social Action*. McGraw-Hill. [Trad. esp. de J. J. Caballero & J. Castillo. (1968). Guadarrama].
- Pergnier, M. (1978). *Les fondements socio-linguistiques de la traduction*. [Cit. per (1993). Presses Universitaires de Lille].
- Shäffner, C. (Ed.). (1999). *Translation and Norms*. Multilingual Matters.
- Shlesinger, M. (1989). Extending the Theory of Translation to Interpretation: Norms as a Case in Point. *Target*, 1(19), 111-115.
- Simon, S. (1997). Translation, Postcolonialism and Cultural Studies. *Meta*, XLII(2), 462-477.
- Toury, G. (1980). *In Search of a Theory of Translation*. The Porter Institute for Poetics and Semiotics.
- Toury, G. (1995). *Descriptive Translation Studies and beyond*. John Benjamins.
- Venuti, L. (1995). *The Translator's Invisibility. A history of translation*. Routledge.
- Vossler, K. (1925). Sprachgemeinschaft als Gesinnungsgemeinschaft [La comunidad lingüística como comunidad de mentalidad], subepígraf 6 del cap. Die sprachlichen Gemeinschaften [Las sociedades lingüísticas]. In *Geist und Kultur der Sprache* (pp.

194-219). Carl Winter. [Cit. per la trad. esp. a D. López García (Ed.). (1996). *Teorías de la Traducción. Antología de textos*. Universidad de Castilla-La Mancha].

Wadensjö, C. (1998). *Interpreting as Interaction*. Longman.

Woodsworth, J. (1996). Language, Translation and the Promotion of National Identity: Two Text Cases. *Target*, 8(2), 211-238.

Wolf, M. (1979). *Sociologie della vita quotidiana*. L'Espresso. [Cit. per la trad. it. de S. Gavira, rev. de C. Peña-Marín. (1982). Cátedra.]

Nota do Autor:

Oscar DÍAZ FOUCES – Professor do Departamento de Tradução e Linguística da Universidade de Vigo. Universidade de Vigo, Departamento de Traducción y Lingüística

Facultad de Filología y Traducción, Vigo, Galicia, Espanha.

Currículo acadêmico: <http://fft.uvigo.es/es/docencia/profesorado/oscar-diaz-fouces/>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2771-0390>

E-mail: fouces@uvigo.es

Nota da Tradutora:

Talita SERPA – Doutora (2017) e mestre (2012) em Estudos da Tradução pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bacharel em Ciências Sociais (2004) pela Universidade Federal de São Carlos, bacharel em Letras com habilitação em Tradução (2009) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e bacharel em Letras – Português e Inglês (2020) pela Universidade Paulista. Realiza estágio pós-doutoral na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Universidade Estadual Paulista Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

Currículo acadêmico: <http://lattes.cnpq.br/7935107964292543>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3324-9593>

E-mail: talita.serpa@unesp.br

ⁱ Este trabalho desenvolve parte do referencial teórico do projeto PB97-0670, do Programa Setorial de Promoção do Conhecimento, do Ministério da Ciência e Tecnologia da Espanha.